

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 288p.

Enidélce Bertin

Doutoranda em História Social - FFLCH/USP

Ao longo das duas últimas décadas o professor Robert Slenes, do Departamento de História da Unicamp, tem desenvolvido uma série de pesquisas a respeito da demografia da escravidão no Brasil, publicando-as principalmente em revistas acadêmicas. Alguns desses artigos, devidamente ampliados e revisados, estão em *Na Senzala uma Flor...*, compondo um notável volume sobre as questões que envolvem a historiografia da família escrava no Brasil. Reunindo vários estudos, feitos em épocas diferentes e que têm como eixo comum a família escrava, este livro em muito contribuiu para a ampliação das interpretações sobre o viver do escravo no século XIX, principalmente pelo tratamento dado às fontes documentais. Extrapolando as análises quantitativas das fontes demográficas e fazendo uma releitura criteriosa dos relatos de viagem, o autor impôs um salto de qualidade na interpretação histórica sobre a família escrava no Brasil.

O ponto de partida, tomado como mote para este livro, foi justamente a descrição feita pelo viajante francês Charles Ribeyrolles, no qual ele notava que jamais havia visto nos cubículos dos escravos sinais de esperança ou de recordações, negando que a família pudesse fazer parte da vida entre os escravos.

O primeiro capítulo apresenta um rápido inventário da historiografia da escravidão no Brasil, com destaque para as diferentes interpretações dadas à família escrava. Até a década de 1970, os relatos dos viajantes haviam norteado a historiografia brasileira, a partir do entendimento de que a vida dos cativos era marcada pela promiscuidade, desregramento e violência. A instabilidade das uniões e a promiscuidade, consideradas características da vida escrava, foram associadas à deficiência política dos escravos, ou seja, à sua nulidade como sujeitos históricos. Por essa abordagem, por definição, a escravidão destruiria a possibilidade de família escrava.

Em parte influenciada pela historiografia norte-americana, no Brasil, a partir dos anos 70, a família escrava foi tomada como resultado da vontade dos escravos em formar uma comunidade no cativeiro e como parte de suas estratégias de sobrevivência, ao mesmo tempo que atendia aos interesses senhoriais de controle social sobre o plantel. O uso de novas fontes documentais, especialmente aquelas relativas à demografia da escravidão, foi fundamental para a recuperação da historicidade do escravismo a partir da ação dos senhores e escravos. A demografia histórica teve, portanto, importante papel nos novos estudos sobre esse tema, uma vez que permitiu a análise pormenorizada das fontes primárias, como por exemplo, a relação do tamanho do plantel com os laços familiares do escravo, suas idades, o estado civil, a prole, a estabilidade da família relacionada com as idades dos filhos, a atividade econômica do domicílio e a permanência das famílias. Conseqüentemente, a historiografia deixou de questionar a existência da família escrava, abandonando igualmente a tese da promiscuidade natural entre os escravos.

Para R.Slenes, cujas pesquisas inserem-se nesses estudos demográficos, a recuperação da visão do escravo sobre o casamento, moradia, sobre o acesso a espaços para o cultivo, entre outros temas, lança luzes sobre sua relação com a política de domínio do senhor. Ou seja, a formação de laços de parentesco e a preservação de heranças culturais africanas passam a ser entendidas como formas de resistência à política senhorial.

No segundo capítulo, o quadro da demografia escrava em Campinas foi comparado aos estudos sobre outras regiões de grande lavoura em São Paulo e Rio de

Janeiro. Utilizando-se de fontes primárias, principalmente os censos populacionais, registros paroquiais e inventários *post-mortem*, os estudos regionais permitiram observar características comuns na demografia de diferentes propriedades e setores econômicos ao longo do século XIX. Assim, a análise dos dados sobre a nupcialidade dos escravos em diferentes localidades, conforme o tamanho do plantel, evidenciou a estabilidade da família escrava ao longo do tempo sem excluir a tensão nas relações entre senhores e escravos.

Para R.Slenes, a defesa da formação e manutenção da família pelos escravos inseria-se na luta por espaços de autonomia no cativeiro, enquanto que para o senhor isso poderia significar um meio de exercer maior controle sobre os cativos. Porém, o autor discorda da visão meramente funcionalista da família escrava, segundo a qual as uniões auferiam ganhos políticos ao senhor em detrimento do escravo. Nesse sentido, sua análise distancia-se, por um lado, da abordagem que negava a existência da família escrava, e por outro, daquela que via nos laços familiares dos escravos um certo abrandamento das relações escravistas. Dessa forma, para R.Slenes, a família escrava não deve ser considerada um elemento estrutural do domínio escravista, uma vez que as relações familiares não enfraqueceram a resistência dos escravos diante de seus senhores (pela via do controle de sua autonomia), mas pelo contrário, os fortaleciam através dos laços de solidariedade e das heranças africanas. O autor coloca-se, portanto, em discordância com a tese de que a família escrava ajudava a manter o escravismo porque protegia, pacificava e organizava os cativos (Florentino & Góes 1997: 175). Assim como R.Slenes, os autores de *A Paz das Senzalas* também empreenderam uma análise política da escravidão, buscando recuperar os esforços cotidianos dos escravos para enfrentar a opressão a que estavam submetidos, mas concluíram que as relações familiares e parentais dos escravos acabaram por atender principalmente aos interesses de controle senhorial, uma vez que amenizavam os enfrentamentos dos cativos. Por essa abordagem, as relações familiares entre os escravos diminuía as tensões entre a comunidade cativa – principalmente nos períodos de intensificação do tráfico – permitindo a ampliação dos laços de solidariedade e auxílio mútuo, ou seja, funcionavam como elemento de estabilização social.

Certo de que a família era importante meio de transmissão de cultura, no terceiro capítulo, o autor imerge nos estudos demográficos e nos relatos de viagem a fim de encontrar os indícios das “esperanças e recordações dos cativos”. A preocupação em entender como se dava o encontro da herança africana com a experiência do cativo – que os viajantes quase sempre ignoraram – fez o autor voltar-se também para os estudos contemporâneos sobre a cultura africana. Ao constatar que nas sociedades bantu a família estruturava-se segundo a linhagem, passa a garimpar as evidências dessa herança africana entre os escravos pesquisados. Desta forma, verifica a aproximação da experiência do cativo com as lembranças da África, enfocando, por exemplo, a forma de morar, os hábitos alimentares e o casamento dos escravos, o que o leva a reivindicar novos significados para o viver cativo.

Ainda nesse capítulo o autor retoma a discussão historiográfica a respeito dos espaços conquistados pelos escravos (“brecha camponesa”), que renderam calorosos debates entre os historiadores. Tomando como princípio a condição de sujeito histórico do escravo, R.Slenes preocupa-se em observar a função ideológica da economia interna dos escravos, ou seja, o quanto os espaços de autonomia dos cativos serviram aos interesses dos senhores por maior controle social, bem como as estratégias dos escravos para obter ganhos – simbólicos ou efetivos - no cativo. Para visualizar esses ganhos, o autor atentou para as “coisas miúdas”, para tudo aquilo que os viajantes ignoraram – entre elas a alimentação, moradia e a vida familiar.

No último capítulo, os estudos antropológicos sobre os africanos foram o recurso usado para instrumentalizar a releitura dos relatos de viagens. Isso porque, na análise de R.Slenes, as práticas culturais africanas dos escravos não foram compreendidas pelos viajantes. Assim, o autor empreende a busca de um entendimento para a posse do fogo sempre aceso no interior das cabanas e suas influências na família escrava. Na África Central, além de servir para cozinhar, o fogo doméstico protegia a cabana dos insetos e da umidade, guardando também um sentido ritualístico ao fazer a mediação com os ancestrais. No Brasil, o fogo no interior da cabana servia, entre outras coisas, para afastar insetos, preservar a cobertura de palha e de ligação com os antepassados. A constatação dessa permanência de práticas culturais africanas no ca-

tiveiro em muito contribuiu para o afastamento da tradicional visão de submissão e aculturação feita pelos relatos de viagens, justamente porque permitiu ver os projetos e estratégias dos escravos para formar e manter uma comunidade própria.

Embora não seja um livro de análise de relatos de viagem, *Na Senzala uma Flor..* evidencia a importância da problematização dessa literatura como fonte para a história da escravidão. R.Slenes conseguiu fazer uma desmontagem crítica dessas fontes a partir da constatação de que o preconceito e a ideologia do trabalho estavam presentes nos discursos dos viajantes, impedindo-os de verem as relações familiares entre os escravos. Aliando o conhecimento da demografia da escravidão a novas interpretações das descrições dos viajantes, foi possível ao autor descobrir aquilo que o “olhar branco” encobriu sobre o viver escravo. Assim, para R. Slenes, nem os senhores e tampouco os viajantes perceberam que os escravos aliavam sua experiência africana anterior com as condições do cativo, revestindo de novos significados os símbolos do domínio.

O uso de fontes documentais diversas, assim como o diálogo com a produção historiográfica recente, tornam este livro um exemplo do rigor que deve acompanhar o ofício do historiador na construção histórica. Assim, a partir do conhecimento dos valores culturais africanos e das condições da escravidão no Brasil, o autor, num grande esforço hermenêutico, investiu na interpretação das práticas descritas nos relatos dos viajantes, o que resultou na valorização da memória histórica dos cativos e em novas acepções para sua vivência no cativo.

Referência Bibliográfica

FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.